



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 112/2025

Maceió, 26 de agosto de 2025.

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 911/2024 que “*Institui no âmbito do Estado de Alagoas o Programa de Mapeamento e Apoio às Pessoas com Doenças Raras e seus familiares, de acordo com a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, e dá outras providências correlatas.*”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 911/2024, as imposições previstas nos arts. 6º, 7º e 8º impossibilitam sua sanção integral, como se observará pelas razões adiante descritas.

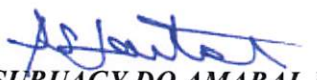
Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

Embora o Projeto de Lei seja majoritariamente autorizativo e contenha mérito social reconhecido, especialmente no que tange à proteção e defesa da saúde de pessoas com doenças raras, os arts. 6º, 7º e 8º do projecto legislativo extrapolam o carácter autorizativo inicial e passam a impor obrigações diretas à Administração Pública, invadindo a esfera de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

O art. 6º institui de forma impositiva o Programa de mapeamento, transformando a autorização do art. 1º em uma ordem e usurpando a prerrogativa do Chefe do Poder Executivo de decidir sobre a criação de programas governamentais. O art. 7º, por sua vez, ao determinar que o mapeamento será realizado em intervalos não superiores a 4 (quatro) anos, estabelece uma obrigação de fazer contínua, interferindo diretamente no planejamento e na execução de políticas públicas, matéria de gestão administrativa. Já o art. 8º ao impor que os equipamentos já existentes nos hospitais de administração estadual deverão ser adaptados para o cumprimento da presente Lei, criam, de forma inequívoca, despesa e obrigação de fazer.

Dessa forma, os dispositivos citados invadem a esfera de competência privativa do Governador do Estado, tratando de atribuição, estruturação e funcionamento de órgão da administração pública, bem como estabelecem prestação de serviços públicos específicos a serem realizados pelo Poder Executivo Estadual, encontrando-se em desconformidade com o que prescreve o art. 86, § 1º, II, *b* e *e*, da Constituição Estadual.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 911/2024, especialmente os arts. 6º, 7º e 8º, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.


PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual
NESTA

Publicada no Suplemento do DOE do dia 28/8/2025.